

Mudança no ensino do 2º grau vai a debate

Propostas para a reformulação do ensino de 2º grau estarão sendo discutidas a partir de hoje, no ministério da Educação, por uma comissão nacional integrada por representantes das cinco regiões do País, representantes do MEC, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Centro Nacional de Formação de Pessoal e Aperfeiçoamento Profissional (Cenafor) e especialistas das universidades federais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A reformulação e definição de uma nova política para o ensino de 2º grau, foi debatida, em novembro do ano passado, no Encontro Nacional de Educadores e Especialistas dessa etapa do ensino, realizado em Belo Horizonte. Nesse encon-

tro ficou decidida a criação da Comissão Nacional que terá a incumbência de reunir, num documento único, as propostas dos estados e dos especialistas convidados.

O documento depois de aprovado pelo MEC, através da Coordenadoria de Ensino Regular de 2º grau, será levado ao próximo Encontro Nacional de 2º grau, que se realizará na capital mineira de 24 a 28 próximos.

Entre as propostas a serem debatidas estão o aumento dos percentuais destinados à educação pela Lei Calmon, fiscalização da aplicação do dinheiro pela comunidade, currículos e conteúdos das disciplinas e ensino profissionalizante, incluindo-se a relação do

ensino escolar e a demanda do mercado de trabalho.

ESTATISTICA c A Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) não deve ser extinta nem transferida. Mas é preciso que passe por uma ampla reforma, para continuar justificando sua vinculação ao IBGE.

Esta foi a conclusão a que chegou a comissão externa, constituída pelo IBGE, depois de três meses de estudos sobre a vinculação da Ence à Fundação. O relatório foi entregue à presidência do IBGE em reunião realizada dia 30 último, na sede da Fundação, no Rio. A comissão foi formada por Simon Schwartzman, Nelson do Valle Silva, Basílio de Bragança Pereira, Ricardo Milton Frischtak e Thadeu Keller Filho.

Para a comissão, "o cargo de diretor da Ence deve ser de confiança da presidência do IBGE e a ela diretamente subordinado, e os professores da escola devem ser constituir em quadro funcional à parte daquele do IBGE, com normas próprias".

Segundo o documento, é importante que a Ence seja transformada numa entidade "academicamente forte, dotada de um núcleo de professores e pesquisadores de alto nível, bem relacionada com a área universitária, e na qual ensinam os melhores profissionais de dentro e de fora da Fundação".